FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

CNPJ: 01.832.808/0001-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá – MT, 29 de março de 2018.

Belisa Souza Maggi
Presidente do Conselho Diretor

Juliana de Lavor Lopes
Secretária Executiva e Membro do Conselho Diretor

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2018.
(Valores expressos em reais – R$)

ATIVO	Nota Explicativa	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2018	2017
CIRCULANTE				**CIRCULANTE**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	13.800.590,81	13.758.045,78	Fornecedores	10	176.511,31	90.056,33
Outros Créditos	6 e 7	24.066,47	12.319,65	Obrigações Trabalhistas e Sociais	10	193.692,53	147.212,10
Imobilizado Disponível para Venda	8	259.999,99	259.999,99	Obrigações Fiscais	10	11.297,93	10.531,62
				Outras Obrigações	10	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		**14.084.657,27**	**14.030.365,42**	**Total do Passivo Circulante**		**381.501,77**	**247.800,05**
NÃO CIRCULANTE				**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**			
Imobilizado	9	910.410,93	914.191,54	Patrimônio Social	11	14.069.899,99	13.709.864,44
Intangível	9	165.835,95	87.434,24	Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	714.291,16	777.224,07
				Superávit/Déficit do Exercício	13	4.788,77	297.102,64
Total do ativo não circulante		**1.076.246,88**	**1.001.625,78**	**Total do Patrimônio Líquido**		**14.779.402,38**	**14.784.191,15**
TOTAL DO ATIVO		**15.160.904,15**	**15.031.991,20**	**TOTAL DO PASSIVO**		**15.160.904,15**	**15.031.991,20**

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado do Período
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em reais – R$)

	Nota Explicativa	2018	2017
Receita Operacional Bruta (atividade preponderante, cfe art. 6º do Estatuto Social)		**4.053.396,32**	**4.708.854,67**
(-) Deduções da Receita Bruta		--	--
Receita Operacional Liquida	16 e 17	**4.053.396,32**	**4.708.854,67**
(-) Custos Operacionais (Lei No. 6.404/76, artigo 187)		4.509.841,58	5.115.774,86
Resultado Bruto. (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e ITG 2002)		**456.445,26**	**406.920,19**
(-) Despesas de Custeio		**451.656,49**	**563.522,83**
Gerais e Administrativas		153.084,41	312.453,81
Depreciações e Amortizações	9	68.237,73	70.138,93
Resultado Financeiro Liquido		672.978,63	946.115,57
Outras Recitas e Despesas		**0,00**	**140.500,00**
Receita Com venda de Ativo Circulante		0,00	140.500,00
Superávit/Déficit do Exercício		**4.788,77**	**297.102,64**

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em reais – R$)

Histórico	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Liquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		**11.678.199,19**	**0,00**	**1.849.368,69**	**816.779,54**	**14.344.347,42**
Incorporação ao Patrimônio Social	11	1.849.368,69		-1.849.368,69		0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		--	--	--	142.741,09	142.741,09
Transferência para Pratrimônio Social	12	182.296,56	--	--	-182.296,56	0,00
Superávit do Exercício de 2017		--	--	297.102,64	--	297.102,64
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**13.709.864,44**	**0,00**	**297.102,64**	**777.224,07**	**14.784.191,15**
Incorporação ao Patrimônio Social	11	297.102,64		-297.102,64		0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		--	--	--	--	0,00
Realização de Avaliação Patrimonial	12	62.932,91	--	--	-62.932,91	0,00
Superávit/Déficit do Exercício de 2018		--	--	-4.788,77	--	-4.788,77
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**14.069.899,99**	**0,00**	**-4.788,77**	**714.291,16**	**14.779.402,38**

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em reais – R$)

	Nota Explicativa	2018	2017
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit/Déficit do Exercício			
Superávit/Déficit do Exercício	11	(4.788,77)	297.102,64
(+) Despesa com Depreciação e Amortização	9	68.237,73	70.138,93
(+/-) Ajuste de Exercícios Anteriores		-	142.741,09
Superávit do Exercício Ajustado:		**63.448,96**	**509.982,66**
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Créditos a Receber	6	(5.077,31)	(3.959,89)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Despesas Antecipadas	7	(6.669,51)	4.773,77
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		**(11.746,82)**	**813,88**
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Fornecedores	10	86.454,98	25.636,85
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais	10	(2.079,03)	(2.991,02)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Provisão de Férias e Encargos	10	48.559,46	21.546,10
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Obrigações Vinculadas a Fiscais e Tributárias	10	766,31	(501,60)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de Outras Obrigações	10	-	(504,18)
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		**133.701,72**	**43.186,15**
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**185.403,86**	**553.982,69**
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+/-) Imobilizado - baixas (adições) líquidas	9	(49.779,89)	119.517,90
(+/-) Intangível - baixas (adições) líquidas	9	(93.078,94)	(86.529,18)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(142.858,83)**	**32.988,72**
TOTAL DAS ATIVIDADES (1 + 2)		**42.545,03**	**586.971,41**
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**42.545,03**	**586.971,41**
Saldo no Inicio do Exercício	5	13.758.045,78	13.171.074,37
Saldo no final do Exercício	5	13.800.590,81	13.758.045,78

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

Demonstração do Valor Adicionado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em reais – R$)

(Em R$)	Nota Explicativa	2018	%	2017	%
1. RECEITAS		**4.857.395.65**		**5.972.709.62**	
Receitas de Doações e Apoio a projetos	16	3.994.843,46		4.537.160,31	
Outras Receitas	17	58.552,86		171.694,36	
Receitas Financeiras		803.999,33		1.123.354,95	
Receitas Não Operacionais	17	0,00		140.500,00	
2. VALOR ADICIONADO BRUTO		**4.857.395,65**		**5.972.709,62**	
RETENÇÕES		**68.237,73**		**70.138,93**	
Depreciação e Amortização	9	68.237,73		70.138,93	
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA		**4.789.157,92**		**5.902.570,69**	
4. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM		**0,00**		**0,00**	
Ganhos na venda ou baixa do imobilizado		0,00		0,00	
5. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**4.789.157,92**		**5.902.570,69**	
6. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**4.789.157,92**	*100*	**5.902.570,69**	*100*
Despesas com Pessoal		1.935.785,10	*40,42*	1.791.921,72	*30,36*
Serviços de Terceiros		1.737.081,85	*36,27*	1.910.838,12	*32,37*
Encargos e Tributos de Terceiros		5.015,81	*0,10*	10.459,30	*0,18*
Apoio a Projetos Culturais, Ambientais, Sociais		221.246,19	*4,62*	702.120,56	*11,90*
Apoio, Parceria Continua a Instituições		27.798,69	*0,58*	25.436,80	*0,43*
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FALM		348.934,99	*7,29*	306.173,50	*5,19*
Despesas de Viagens		233.212,86	*4,87*	368.824,86	*6,25*
Despesas Administrativas		132.145,48	*2,76*	129.611,13	*2,20*
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		14.305,67	*0,30*	5.714,63	*0,10*
Despesas Financeiras		131.020,70	*2,74*	177.239,38	*3,00*
Despesas com Seguros		5.778,83	*0,12*	7.267,82	*0,12*
Despesas com Voluntários		766,09	*0,04*	0,00	*0,00*
Outras Despesas		854,43	*0,02*	169.860,23	*2,88*
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		-4.788,77	*-0,10*	297.102,64	*5,03*

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em reais – R$)

1. Contexto Operacional

A Fundação André e Lucia Maggi é uma instituição sem finalidade econômico, criada em Assembleia Geral realizada em 17 de fevereiro de 1997, sua escritura pública de constituição foi lavrada no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros da Comarca de Tangará da Serra/MT, sob o nº 440, folha 236 do Livro A-3, em 07 de março de 1997. Por meio de sua atuação, a Fundação busca contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e com o Posicionamento Global de Sustentabilidade da AMAGGI, com a premissa de contribuir para fortalecimento do protagonismo social de jovens e lideranças para o desenvolvimento local sustentável.

Sua sede está localizada em Cuiabá (MT) e conta ainda com duas filiais, sendo o Projeto Casa Maggica, em Rondonópolis – MT e o projeto Centro Cultural Velha Serpa, em Itacoatiara – AM.

A Instituição possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 509 de 05 de março de 2007, o Título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei n° 6.938 de 15 de outubro de 1997 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n. º 4.635 de 12 de setembro de 2005, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,

São finalidades Institucionais estatutária, conforme artigo 6:

I. Estimular atividade de pesquisa nas áreas de educação, saúde e assistência social;

II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, com reflexos na comunidade em geral;

III. Promover, apoiar e incentivar ações nas áreas da educação da infância e adolescência, cultura, saúde, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social;

IV. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências;

V. Prestar qualquer tipo de apoio a outras instituições e iniciativas, dentro de seu escopo de atuação, apoiando, reconhecendo e premiando as melhores iniciativas relacionadas a práticas sociais e de gestão;

VI. Apoiar instituições com objetivos congêneres ou afins, através de formalização de parcerias de colaboração ou convênios, promovendo atividades com outras instituições, mantendo intercâmbios técnicos ou científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativas e quaisquer outros correlatos a tais atividades.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2018, a Entidade seguiu a Lei n° 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que altera artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações

patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. Formalidade da Escrituração Contábil - (Resolução CFC Nº 1.330/11 - NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados aos respectivos documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda crédito de liquidação duvidosa estimada para
- Vida útil dos ativos - Nota 4.d
- Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Nota 4.e
- Provisões e contingências - Nota 4.f
- Ajuste a valor presente - Nota 4.j
- Reconhecimento de receita - Nota 4.l

Aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 22 de março de 2019, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Critérios Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) **Aplicações de Liquidez Imediata** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) **Ativo Circulante Mantido para Venda** – A Fundação classifica um ativo ou o grupo de ativos mantido para venda quando esse estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Assim, a entidade classifica um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

d) **Imobilizado** – Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A Entidade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" nas demonstrações dos resultados.

e) **Redução ao valor Recuperável de Ativos** – A Fundação avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado e intangível. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

f) **Passivo Circulante e Não Circulante** – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido

para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) **Prazos** – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

h) **Provisão de Férias e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos colaboradores até a data do balanço.

i) **Provisão de 13º Salário e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

j) **Ajuste ao valor Presente** – Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova NBC TG 12.

k) **As Despesas e as Receitas** – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

l) **Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado seguindo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

m) **Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)** – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

n) **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** – A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008 (alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

o) **Trabalho Voluntário** – A ITG 2002 determina que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Contudo, a **Fundação André e Lucia Maggi** não realizou a mensuração e reconhecimento do trabalho voluntário de seus dirigentes, tendo em vista que o custo para gerar essa informação seria superior ao seu benefício.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras, segue valores:

Contas	2018	2017
Bancos-Conta Movimento	120.817,67	108.471,77
Aplicações Financeiras	13.674.684,38	13.644.691,97
Fundo Fixo	5.088,76	4.882,04
Saldos Totais em Reais	**13.800.590,81**	**13.758.045,78**

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

6. Créditos diversos a receber

Os saldos deste grupo referem-se a adiantamentos de viagens e adiantamento de férias, segue valores:

Contas	2018	2017
Bancos-Conta Movimento	120.817,67	108.471,77
Aplicações Financeiras	13.674.684,38	13.644.691,97
Fundo Fixo	5.088,76	4.882,04
Saldos Totais em Reais	**13.800.590,81**	**13.758.045,78**

7. Outros Créditos

Este grupo é composto pelos seguros e serviços contratados, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

Contas	2018	2017
Adiantamento a Empregados	12.812,81	7.173,28
Impostos a Recuperar	0,00	562,22
Saldos Totais em Reais	**12.812,81**	**7.735,50**

8. Ativo Circulante mantido para venda

Referem-se a terrenos e edificações mantidos para venda, o qual não foi efetivada por ausência de ofertas ao alcance do valor autorizado para venda, após análise das despesas referente a manutenção dos terrenos e edificações, o Conselho Curador da organização, aprovou a possibilidade de abertura de um edital para doação dos mesmos para outras organizações sem fins lucrativos.

As edificações uma vez classificadas como mantidas para venda não são mais depreciáveis.

Contas	2018	2017
Ativo Circulante mantido para venda	**259.999,99**	**326.469,60**
Imobilizado Disponível para Venda	259.999,99	259.999,99
Perda c/ desvalorização de Imobilizado dis. P/ venda	0,00	66.469,61

9. Ativo Não-Circulante: Imobilizado e Intangível

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear para perdas por imparidade, quando aplicável.

Adicionalmente, a Fundação verificou que não havia a existência de indicadores de que os ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável ou que houvesse alteração na vida útil determinada para cada ativo, consequentemente, nenhuma alteração da vida útil estimada ou estimativa para perda de valor recuperável destes ativos foi identificada.

Tal verificação se deu por meio de um parecer técnico emitido por um especialista contratado pela organização, onde afirma que a organização não deve alterar as vidas úteis informadas nos laudos de avaliação e que as vidas úteis remanescentes devem continuar a ser calculadas aplicando-se os coeficientes de depreciação técnicos prescritos nos citados relatórios. Para o levantamento das informações e emissão do parecer, o especialista buscou informações de eventualidades por meio de um questionário, tratando sobre eventos que pudessem afetar o desempenho dos ativos, como sinistros diversos (incêndios, golpes, inundações, mau uso, etc.), ampliações, manutenções ou reformas relevantes, e também com base na avaliação dos bens realizada em 2016.

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2018	(Adições)/Baixas	2017
Terrenos	1	N/A	449.000,00	0	449.000,00
Edificações	1	4% a.a	302.166,03	0	302.166,03
Máquinas e Equipamentos	38	6,67% a.a	170.020,25	10.882,68	159.137,57
Equipamentos de Informatica	72	20% a.a	213.365,22	9.777,50	203.587,72
Móveis, Eletrodomésticos e Utensilios	140	6,67% a.a	128.461,38	5.771,50	122.689,88
Veículos	3	10% a.a	111.909,02	0,00	111.909,02
Equipamentos Audiovisuais	114	100%a.a	96.123,76	11.148,17	84.975,59
(-)Depreciação Acumulada			-560.634,73		-519.274,27
Imobilizado líquido,em reais			**910.410,93**		**914.191,54**

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2018	(Adições)/Baixas	2017
Software	21	20% a.a	223.544,63	177.563,94	45.980,69
Intangível em Andamento			0,00	(84.485,00)	84.485,00
(-) Amortização Acumulada			-57.708,68		-43.031,45
Intangível líquido,em reais			**165.835,95**		**87.434,24**
Total do Ativo Não Circulante			**1.076.246,88**		**1.001.625,78**

10. PASSIVO CIRCULANTE (Obrigações a Curto Prazo)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:

Descrição	2018	2017
Vinc. Fornecimento de Mat. E Serv.	**176.511,31**	**90.056,33**
Fornecedores	176.511,31	90.056,33
Obrigações Trabalhista e Sociais	**57.746,04**	**59.825,07**
Salários	0,00	194,15
FGTS	10.922,45	11.049,31
INSS	35.435,57	37.116,54
PIS	1.773,90	1.701,44
IRRF	9.614,12	9.683,63
Contr Sindical	0,00	80,00
Rescisões	0,00	0,00
Obrigações Fiscais	**11.297,93**	**10.531,62**
IRRF	3.182,39	3.305,23
ISS a Recolher	3.194,12	4.360,50
PIS/COFINS/CSLL	4.921,42	2.865,89
INSS	0,00	0,00
Provisões Trabalhistas	**135.946,49**	**87.387,03**
Férias	99.376,39	63.879,63
Encargos sobre Férias	36.570,10	23.507,40
Outras Obrigações	**0,00**	**0,00**
Outros Credores por Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Total em reais	**381.501,77**	**247.800,05**

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, subtraído do Déficit do exercício de R$ -4.788,77 (quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as

contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

12. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste do Patrimônio de Avaliação Patrimonial faz parte Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado. Assim, o saldo refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído dos ativos, o qual é realizado por baixa e/ou depreciação dos bens que deram origem ao ajuste.

13. Resultado do Exercício

Déficit do exercício de 2018 foi de R$ -4.788,77 (quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos) e consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

14. Cobertura de Seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pela Administração da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Modalidade	2018	2017
Edificações	302.166,03	302.166,03
Veículos	111.909,02	111.909,02

15. Isenção Tributária

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e também é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14.

16. Doações Recebidas

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme estão previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º.

Segue abaixo o demonstrativo de receitas:

Exercício	Valor Recebido
2018	3.994.843,46
2017	4.537.160,31
TOTAL	**8.532.003,77**

17. Outras Receitas / Despesas (Fatos Extraordinários)

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	2018	2017
3.1.02	Outras Receitas	58.552,86	171.694,36
3.2	Outras Receitas Não Operacionais	-	140.500,00
4.2	Outras Despesas	854,43	169.860,23

18. Atividades da Fundação André e Lucia Maggi

Fundada em 1997, ao longo dos anos a Fundação realizou duas revisões estratégicas em sua atuação – uma em 2013, em que foram definidas as Diretrizes Estratégicas e o Plano de Ação 2014-2018, e a segunda, em 2017, que resultou na redefinição dos Objetivos Estratégicos da FALM até 2025 e um novo Portfólio de Projetos – 2019/2025.

O Portfólio de Projetos – 2019/2025 foi definido ao longo de 2018 e validado pelo Conselho Curador para ter início em 2019. Com isso a forma de atuação da organização passará por mudanças em relação ao que foi desenvolvido até 2018, com o encerramento de projetos e o incremento de novas formas de atuação, sempre alinhado à Missão, Visão e Valores da FALM e da AMAGGI.

Atuando em consonância com a missão de "contribuir para o desenvolvimento local e humano", e a visão de "transformar pessoas e comunidades para o desenvolvimento sustentável", com a premissa de contribuir para o fortalecimento do protagonismo social de jovens e lideranças para o desenvolvimento local sustentável.

Em 2018 a Fundação André e Lucia Maggi (FALM) continuou com a execução das Diretrizes Estratégicas aprovadas para o período de 2014 a 2018, com a visão de "Transformar pessoas e comunidades para o desenvolvimento sustentável" e tendo como missão a tarefa de "Contribuir para o desenvolvimento local e humano" nas comunidades onde atua.

Por meio dos recursos financeiros captados do setor privado, a FALM atingiu suas finalidades desenvolvendo diversos programas, projetos e ações. Destacamos os seguintes eixos, ações e projetos executados em 2018:

(I) Eixo Fortalecimento Institucional: são projetos que contribuem para o fortalecimento institucional de organizações sociais existentes nos municípios onde atuamos, ampliando assim a atuação das redes locais e fortalecendo a capacidade de gestão destas organizações. Em 2018, a FALM deu continuidade ao projeto Transformar, onde promoveu capacitações para iniciativas e empreendedores sociais que ao todo tiveram 300 organizações inscritas. Também realizou a terceira edição do Prêmio Fundação André e Lucia Maggi, tendo nesta edição 59 organizações inscritas onde nove foram reconhecidas pelos resultados de seu trabalho visando o desenvolvimento local, sendo estas dos estados de Mato Grosso, Amazonas e Paraná.

(II) Eixo Tecnologia Social para a Cidadania: As tecnologias sociais são definidas como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social. Neste sentido, utilizando do estudo finalizado em 2017, a Fundação André e Lucia Maggi aplicou a metodologia sistematizada no Projeto Casa Maggica de Rondonópolis e em duas Escolas Públicas no município de Cuiabá – MT.

(III) Eixo Desenvolvimento Local: Para promover o desenvolvimento local é necessário pensar soluções que envolvam a comunidade. Esse eixo de trabalho é caracterizado pelo fomento ao trabalho participativo. Em 2018, a FALM atuou com projetos que dão suporte, facilitando o processo de planejamento conduzido pela comunidade, buscando o protagonismo dos atores envolvidos, identificando oportunidades e ativos definindo prioridades em relação ao potencial comunitário. Estas ações foram desenvolvidas e finalizadas nos municípios mato-grossenses de Lucas do Rio Verde e Querência, por meio do Projeto Potencializa, e em Itacoatiara (AM) com o Centro Cultural Velha Serpa.

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

(IV) Eixo Parcerias: Manter parceiros e disseminar a prática de investimento social privado onde atuamos é uma das formas que a Fundação André e Lucia Maggi contribui para o desenvolvimento local. Por isso, este eixo é transversal a todos os outros projetos. Nele está concentrada a busca por desenvolver uma rede de parcerias onde atuamos.

(V) Outras ações: A Fundação André e Lucia Maggi também mantém apoio financeiro a algumas instituições que são parceiras de longa data e fazem parte de sua história, como por exemplo a APAE de Rondonópolis, o Hospital e Maternidade Renato Sucupira em Sapezal – MT, entre outras ações. Isso porque elas atendem à missão e visão da FALM e causam impacto social nas comunidades onde atuam.

Abaixo segue, de forma especificada, todos os recursos investidos pela Fundação André e Lucia Maggi no ano corrente de 2018.

Descrição	2018	2017
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - MATRIZ	**3.904.442,39**	**4.328.094,56**
Administrativo	1.332.944,91	1.153.934,78
Apae Rondonópolis	16.285,60	14.271,00
Creches Rondonópolis	11.613,09	11.165,80
Ações Pontuais	11.106,19	134.806,82
Produtores Responsaveis Aumentam Desenvolvimento Local	221.105,53	164.865,52
Programa de Parcerias	0,00	2.294,53
Implantação e Avaliação de Impactos	0,00	89.336,75
Potencializa	512.763,05	579.269,59
Programa Estratégico de Comunicação	324.029,63	457.681,16
Casa Maggica Cuiabá	598.524,20	288.756,36
Governança	40.530,79	36.805,13
Premio FALM	376.423,45	533.131,32
Transformar	361.365,95	339.436,44
Mundo Maggico	97.750,00	177.652,45
Escola Vila Itamarati	0,00	344.686,91
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - ITACOATIARA	**345.349,71**	**397.110,43**
Estrutura Física - Antiga Usina de Beneficiamento de Soja	13.827,52	0,00
Centro Cultural Velha Serpa	331.522,19	397.110,43
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - RONDONOPOLIS	**1.437,04**	**111.422,20**
Estrutura Física - Antiga Usina de Beneficiamento de Soja	1.437,04	111.422,20
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - SAPEZAL	**30.087,32**	**30.000,00**
Parcerias Continuas	30.087,32	30.000,00
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - CASA MAGGICA	**580.867,96**	**808.979,79**
Casa Maggica Rondonópolis	580.867,96	808.979,79
Totais em Reais	**4.862.184,42**	**5.675.606,98**

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2018.

Belisa Souza Maggi
Presidente do Conselho Diretor
CPF: 042.697.239-20

Juliana de Lavor Lopes
Secretária Executiva e Membro do Conselho Diretor
CPF: 073.251.377-45

Aline de Souza Saviczki
Contadora - CRC-MT 017668/O-8
CPF: 009.611.561-04